

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP 70095-900 - Brasília - DF

PORTARIA STJ/GDG N. 772 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

Institui comissão para seleção das propostas apresentadas ao Tribunal em decorrência do Edital de Processo Seletivo de Exposições Temporárias n. 1/2017.

A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo item 16.2, inciso X, alínea “e”, do Manual de Organização da Secretaria do Tribunal e considerando a Seção IV, item 4.1, do Edital de Processo Seletivo de Exposições Temporárias n. 1/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir comissão para seleção das propostas de exposições individuais ou coletivas de artes plásticas a integrarem o calendário anual 2018 de eventos e mostras temporárias do Espaço Cultural STJ.

Art. 2º A comissão de seleção será composta pelos seguintes servidores:

- I - Josiane Cury Nasser Loureiro (matrícula S018141);
- II - Rosa Maria de Abreu Carvalho (matrícula S026330);
- III - Jaime Cipriani (matrícula S039858);
- IV - Evanildo da Rocha Carvalho (matrícula S048741);
- V - Bruna Bites Carvalho (matrícula S069196);
- VI - André Sette Rossi (matrícula S054733);
- VII - Janaina de Almeida Sousa (matrícula S067835).

Art. 3º Compete à comissão verificar a aderência da proposta aos critérios de seleção definidos, tais como:

- I – adequação do projeto ao espaço físico;
- II – qualificação do projeto: originalidade, qualidade técnica e contemporaneidade da proposta;
- III – grau de expectativa de interesse do público: projeto inédito, atratividade do tema;
- IV – perspectiva de contribuição ao enriquecimento sociocultural da comunidade;
- V – adequação à imagem institucional do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 4º A comissão deverá produzir relatório em que constem as propostas analisadas e a indicação de quais foram selecionadas até o dia 30 de novembro de 2017.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Sulamita Avelino Cardoso Marques, Diretor-Geral**, em 16/11/2017, às 18:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1006238** e o código CRC **1AFDC8C2**.

015986/2017

1006238v3